

Pesquisa de clima orienta Planejamento Estratégico



Resultados da pesquisa foram apresentados na 4ª Reunião de Avaliação da Estratégia

O clima organizacional e de satisfação do TRT6 foram avaliados, entre os dias 11 e 31 de outubro, na segunda rodada da pesquisa aplicada pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) com o objetivo de subsidiar a execução do Planejamento Estratégico. Magistrados, servidores e advogados responderam o questionário que avaliou itens como administração, comunicação, qualidade, relacionamento interpessoal, motivação, infraestrutura e conhecimento do Tribunal. As pesquisas compõem o diagnóstico de dificuldades, limitações e pontos fortes do Regional para a consequente promoção de ações efetivas, tanto em relação aos pontos vulneráveis, quanto aos aspectos positivos.

Página 06

Homologado resultado do concurso para Juiz do Trabalho

A última sessão do Tribunal Pleno de 2010 foi marcada pela homologação do resultado do XVIII Concurso para Juiz Substituto do TRT6, que teve 17 candidatos aprovados para preenchimento de seis vagas abertas. O resultado final do concurso foi anunciado depois da realização da 5ª etapa de avaliação, que consistiu na análise e julgamento dos recursos relativos à prova de títulos.

Página 7

Gestão documental do TRT é referência nacional

Páginas 4 e 5

VT de Igarassu terá processo digital

Página 8

Celebração ecumênica marca confraternização de Natal no TRT6

Para celebrar o ano que termina e dar boas vindas ao que se inicia, a Sexta Região promoveu, no dia 03 de dezembro, uma celebração ecumênica de Natal. A celebração, que aconteceu no prédio-sede do TRT6, contou com a presença de juízes, servidores e terceirizados e foi conduzida pelo padre Caetano Pereira, da paróquia de Nossa Senhora da Piedade, na Rua do Lima.

Segundo a desembargadora presidente deste Regional, Eneida Melo, o evento foi um momento para celebrar a “esperança de continuidade, esperança de que este Tribunal continue com a união e o equilíbrio que o caracterizam”. Eneida Melo também aproveitou para agradecer a todos os magistrados, funcionários e terceirizados pela ajuda recebida durante a sua gestão à frente do TRT6.

Também estiveram presentes à cerimônia o chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, Fábio Farias, e, representando a OAB, o advogado Hugo Victor Guimarães Neto.

CALENDÁRIO – Já é tradição de fim de ano no TRT6 o lançamento do calendário deste Regional. Distribuído para todos os setores do Tribunal e enviado para os outros Regionais do Trabalho, para o TST, a OAB, a AATP, entre outros órgãos e entidades, o calendário é ilustrado com imagens que lhe conferem cor e leveza. A peça do próximo ano será



decorada com imagens de xilogravuras do artista Marcelo Soares, que, desde os anos 1970, faz trabalhos usando a técnica de produção de xilogravuras e fez curso para aperfeiçoar o manejo dessa técnica na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, uma das instituições artísticas mais conceituadas do país.

O calendário 2011 do TRT6 terá tiragem de 2000 exemplares, o dobro da do ano passado, que foi de 1000 exemplares.



Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Nelson Soares Júnior

Josélia Moraes da Costa

Eneida Melo Correia de Araújo

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

André Genn de Assunção Barros

Ivanildo da Cunha Andrade

Gisane Barbosa de Araújo

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

Virgínia Malta Canavarro

Valéria Gondim Sampaio

Ivan de Souza Valença Alves

Valdir José Silva de Carvalho

Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva

Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedrosa Lins de Sousa

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

José Alberto Alves Viana

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORES

Lydia Barros / Maria Alice Amorim

Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli

Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Siddharta Campos / Simone Freire

IMPRESSÃO

F & A Gráfica

(Tiragem: 1.500 exemplares)

TRT6 participa de mais uma Semana Nacional de Conciliação

Mil setecentos e setenta e nove foi o número total de acordos realizados pelo TRT6 na última Semana Nacional de Conciliação, que ocorreu de 29 de novembro a 03 de dezembro. O volume de processos representou o recebimento por parte dos reclamantes de mais de R\$ 9 milhões. A resolução dessas ações judiciais de forma consensual contribui para que se alcance de forma mais efetiva o objetivo maior a ser atingido pelos processos judiciais, que é a pacificação social. A busca pela conciliação é uma prática cotidiana dos magistrados, mas não há dúvidas de que, durante as mobilizações regionais e nacionais, esse resultado é obtido com mais êxito.

De janeiro a outubro deste ano, a média diária de acordos realizados foi de 168, número que subiu para 356 durante a Semana Nacional de Conciliação. Entre as Varas do Trabalho que realizaram mais conciliações no período, se destacam a 2ª VT de Olinda, onde foram homologados 126 acordos; seguida pela VT de São Lourenço da Mata, com 111 acordos, e pela VT de Carpina, com 106 acordos. Criada em 2006, a Semana Nacional de Conciliação faz parte do Movimento pela Conciliação, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 23



de agosto daquele ano.

O CNJ instituiu recentemente (29 de novembro), por meio da Resolução 125/2010, a Política Nacional de Conciliação do Judiciário. Assinado pelo presidente do CNJ, Ministro Cezar Peluso, o documento prevê que cabe aos

órgãos do Judiciário, além da resolução dos litígios por meio de sentença, “oferecer outros mecanismos de solução de controvérsias [aos jurisdicionados], em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação”.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS MOVIMENTOS PELA CONCILIAÇÃO NO TRT DA 6ª REGIÃO 2006-2010

MOVIMENTOS PELA CONCILIAÇÃO	Nº. DE ACORDOS	ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO A 2006(%)	VALORES DESTINADOS AOS RECLAMANTES (*)
2006 - Semana Nacional	1.245	-	5.707.350,73
2007 - Semana Nacional	1.358	9,08%	5.467.340,74
2008	2.638	111,90%	10.630.032,18
2008 - Dia 16 de Abril	637		2.390.055,60
2008 - Dia 17 de Setembro	452		2.637.129,44
2008 - Semana Nacional	1.549		5.602.847,14
2009	4.874	291,5%	36.554.462,27
2009 - Semana Regional	1.809		7.647.907,26
2009 - Meta 02	1.317		4.529.299,69
2009 - Semana Nacional	1.748		24.377.255,32
2010 - Semana Regional (23a 27/08)	1.801	44,00%	11.301.876,02
2010- Semana Nacional (29/11 a 03/12/2010)	1.741	39,84%	9.306.651,87

Fonte: Setor de Estatística

(*)Valores Históricos em Reais.

Gestão Documental do TRT6 integra projeto Memória

O programa de Gestão do Documental do TRT6, implantado a partir de 2009, tornou-se uma referência para tribunais de todo o país, experiência que vem sendo repassada em seminários e congressos, como o que levou a desembargadora presidente do Regional pernambucano, Eneida Melo, recentemente para Porto Alegre. Convidada como conferencista do Seminário Gestão Documental e Pesquisa, promovido pelo TRT da 4ª Região, Eneida Melo ressaltou a importância dos acervos do Judiciário Trabalhista na construção da memória social do país, enfatizando o trabalho de documentação empreendido pela 6ª Região, não por acaso, na iminência de ser inserido no projeto Memórias Reveladas, da Casa Civil da República.

A inclusão no Memórias Reveladas, criado em 2007 e coordenado pelo Arquivo Nacional, cristaliza o pioneirismo do TRT de Pernambuco, que disponibilizará o seu conjunto documental para o projeto, cujos documentos dão testemunho do período do regime militar brasileiro. “O rico acervo do TRT retrata bem a desordem, a pressão sob os trabalhadores, os problemas no campo”, afirma Marcília Gama, historiadora responsável pela gestão documental do TRT6, que ouviu do próprio presidente do Arquivo Nacional, Jaime Antunes, quando participava, em Belém, do VI Fórum Permanente



Marcília Gama (detalhe) é a historiadora responsável pela gestão documental do TRT6

em Defesa da Justiça do Trabalho, a sugestão de adesão ao projeto da Casa Civil.

“Tenho muito orgulho do trabalho que estamos fazendo nessa área”, comemora a desembargadora Eneida Melo, sobre o programa de

contemple da produção ao controle dos documentos produzidos pelo Regional. Os documentos produzidos pela Justiça do Trabalho, na avaliação da desembargadora, registram uma jurisprudência que se constitui ao sabor da história, influenciada por tendências de épocas distintas, como materialização das questões que permeiam o social. “Trata-se da memória institucional, passível, portanto, de preservação”, argumenta.

**Os acervos do
Judiciário Trabalhista
contribuem para a
construção da
memória social
do país**

Gestão Documental do TRT6, que está inserido no Planejamento Estratégico 2010-2015 do Tribunal. Eneida Melo sempre defendeu a necessidade de preservação do acervo documental do TRT e a implantação de uma política de gestão, que





Patrimônio preservado

O movimento pela preservação da Memória da Justiça do Trabalho é recente – início dos anos 2000 –, mas o reconhecimento da importância da causa já pode ser apontado como um avanço. Principalmente, levando em conta que a tendência era a eliminação dos processos, em função do volume do acervo, pela necessidade de espaço e o pelo gasto administrativo com sua guarda. Em Pernambuco a preocupação com a preservação da memória teve início de 2007 e tomou forma em 2008 com a realização, pelo TRT6, do III Encontro Nacional pela Preservação da Memória da Justiça do Trabalho, um marco lembrado efusivamente por outros Tribunais.

Nesse encontro foi lançado o selo da memória com a inscrição “Tema Relevante”, que passou a ser utilizado como insígnia na capa de processos, peça judicial e/ou documentos que merecem cuidados especiais, livrando-os do risco do descarte. Mas a falta de uma política interna de Gestão Documental dificultava ainda mais o gerenciamento do acervo documental do Tribunal (organização, acondicionamento, preservação e racionalização), como evidenciava a situação do Arquivo Geral, que atingiu seu limite na guarda dos autos, com 1 milhão e 700 mil processos.

Em 2008, surgem os primeiros frutos do convênio de cooperação técnica firmado em 2004 entre o TRT6 e a UFPE, por meio do Programa de Pós Graduação em História. O convênio deu forma a uma nova política de preservação e acesso aos conteúdos da Justiça do Trabalho, promovendo a organização, catalogação, higienização e acondicionamento dos processos trabalhistas com conteúdo histórico (de 1941 aos anos 80), e disponibilizando os documentos à comunidade acadêmica, para fundamentar estudos e trabalhos de monografias, dissertações e teses.

A política de gestão

documental do Tribunal avançou com novas parcerias, a exemplo da Fundação de Apoio a Ciência e Tecnologia –FACEPE o NEAD- Núcleo de Estudos de Agricultura e Desenvolvimento, com a posse, em fevereiro de 2009, da desembargadora Eneida Melo na presidência do TRT. O Tribunal partiu para adoção de ações internas de caráter emergencial numa linha mais arrojada, como a criação da Coordenação de Gestão Documental e Memória e a inserção da Gestão Documental no Planejamento Estratégico, tendo algumas metas prioritárias o prazo máximo de 2015 para serem desenvolvidas.

O primeiro reconhecimento do trabalho de Gestão Documental do TRT6 veio com o ingresso do Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco, inaugurado em 2009, no cadastro nacional de museus, do Instituto Brasileiro de Museus, vinculado ao Ministério da Cultura. “Os Tribunais estão redescobrimdo sua importância cívica e social, ao tornar sensíveis práticas que remetem a guarda dos conteúdos documentais que tratam de sua história”, comemora Marcília Gama.



Pesquisa de clima aponta indicadores

Realizadas no período de 11 a 31 de outubro de 2010, com magistrados, servidores e advogados, as pesquisas de clima organizacional e de satisfação foram medidas a partir dos itens administração, comunicação, qualidade, relacionamento interpessoal, motivação, infraestrutura e conhecimento do TRT-6. Aplicadas por meio de questionário disponibilizado na Internet e Intranet do Tribunal, as pesquisas de clima organizacional e de satisfação foram instituídas em 2009.

Estruturadas com o intuito de subsidiar a análise do ambiente interno do Regional, com o objetivo de construir o Planejamento estratégico e para avaliação dos diversos indicadores previstos no Planejamento Estratégico do TRT6, as pesquisas compõem o diagnóstico de dificuldades, limitações e pontos fortes, e consequente promoção de ações efetivas, tanto em relação aos pontos vulneráveis, quanto aos aspectos positivos.

Quantificada por meio de questionário disponibilizado na Internet e Intranet do Tribunal, a pesquisa de clima organizacional dos magistrados foi aplicada, contando com a participação de 18 juízes e desembargadores, amostra superior a 10% do total em atividade no



Rotinas de trabalho no Tribunal foram avaliadas

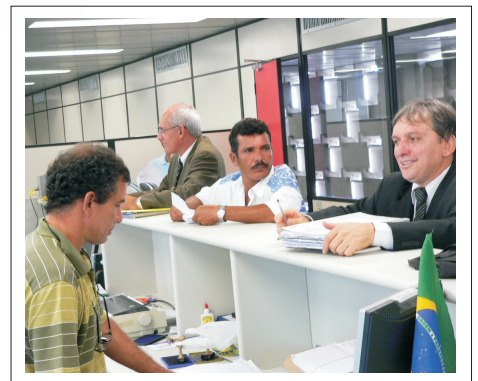
período (139). Manifestaram-se 303 serventuários, representando uma amostra de aproximadamente 20% do total em atividade no período (1849). Entre os advogados, 72

avaliar o nível de satisfação em relação a diversos serviços prestados pelo Tribunal, tais como as fases de uma reclamação trabalhista ou petição, o cumprimento dos despachos no prazo e a qualidade dos serviços oferecidos pelas VTs do Recife. A pesquisa também procurou identificar a frequência semanal de utilização de alguns serviços, tais como TRT Push, peticionamento eletrônico e protocolo postal. Por fim, o nível de conhecimento e a importância atribuída ao serviço de Ouvidoria também foi objeto de avaliação.

Os serviços prestados pelo TRT6 são avaliados pelas pesquisas de clima organizacional e de satisfação

responderam aos questionários. A maioria dos entrevistados é de homens (58%), ficando as mulheres com um percentual de 42%.

Advogados que militam na Justiça do Trabalho há mais de 7 anos representam 51% da amostra e, entre eles, a pesquisa procurou



MPT lança cartilha sobre lide simulada

Com texto de autoria de Janine Milbratz e Italvar Medina (MPT/PRT5 – Bahia), o Ministério Público do Trabalho (MPT) lança a cartilha Combate à Lide Simulada, a fim de realizar uma campanha educativa sobre a proteção do direito do trabalhador e garantir que a Justiça do Trabalho não seja usada como órgão homologador de acordos realizados com a intenção maior de burlar as normas previstas na legislação trabalhista. A ação foi realizada em parceria com o TRT6, com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra VI) e com a Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco (AATP).

Três públicos são o alvo da cartilha do MPT: trabalhadores, magistrados e advogados. O



Lançamento de cartilha no TRT6 foi prestigiado pela Presidente Eneida Melo e pela Presidente da Amatra



trabalhador recebe informações acerca dos procedimentos durante a rescisão. Os juízes são estimulados a denunciar tal prática ao MPT, a fim de que seja movida ação civil pública com pedido de indenização por dano moral coletivo contra as empresas e os advogados envolvidos. Os advogados são sensibilizados quanto às sanções penais, que podem levar a

detenção de seis meses a três anos, além de multa.

Nesta primeira edição, foram impressas 15 mil cartilhas. A campanha está sendo levada às Varas do Trabalho do interior do estado e às unidades do MPT em Caruaru e Petrolina. As centrais sindicais também vão divulgar o material.

Divulgado resultado final do concurso de juiz

Foi homologado no dia 14 de dezembro, na última sessão de 2010 do Tribunal Pleno do Regional, o resultado final do XVIII Concurso para Juiz Substituto. A homologação aconteceu após a realização da 5ª etapa de avaliação, que consistiu na análise e julgamento dos recursos relativos à prova de títulos. Dezessete candidatas foram aprovadas, para preenchimento das seis vagas atualmente existentes.

O ministro do TST Ives

Gandra, que presidiu a banca examinadora da prova oral, elogiou o resultado e considerou-o com um excelente índice de aprovação. As nomeações estão previstas para a primeira quinzena de janeiro. Do Estado de Pernambuco apenas uma candidata (foto) conseguiu aprovação em todas as etapas do concurso e a relação dos aprovados pode ser conferida na página do TRT6 (www.trt6.jus.br).



Germana Camarotti, única pernambucana entre os aprovados

VT de Igarassu se prepara para o processo digital

Escolhida pelo TRT6 para ser a pioneira na implantação do Suap (sistema que vai substituir o Sij e viabilizar a implantação do processo judicial eletrônico no Tribunal), a Vara do Trabalho de Igarassu recebeu, na semana de 13 a 17 de dezembro, o servidor da equipe de informática do TRT-PB Agenor da Costa Júnior. No período, Agenor falou aos servidores e magistrados da Vara sobre o funcionamento do novo sistema, já implantado com sucesso no Regional paraibano.

Inicialmente, o Suap vai passar por um período de teste. Depois, será afixado um ícone, na página do Tribunal na internet (www.trt6.jus.br), para que as partes e os advogados que têm processos tramitando na VT de Igarassu possam utilizar o sistema. Nesse momento, os processos já passarão a ser autuados digitalmente, segundo o diretor da secretaria de informática, Adriano Pinheiro. A previsão, diz o diretor da Vara, Sérgio Santos, é de que, em seis meses, todos os processos estejam digitalizados.

Com a adoção do processo judicial eletrônico, as atividades exercidas pelos servidores das secretarias de Varas vão se tornar mais dinâmicas, demandando que cada funcionário entenda como se dá a tramitação dos processos.

Segundo a juíza substituta da Vara do Trabalho de Igarassu, Kátia Keitiane, “os servidores estão bem interessados no novo sistema”, o qual vai permitir que as ações sejam julgadas de forma mais célere.

Os oficiais de justiça também vão utilizar o Suap. Eles vão inserir os dados necessários para certificar a realização das diligências para que tenham sido designados no próprio sistema (hoje eles preparam as certidões e as entregam nas secretarias das Varas). Também lhes caberá inserir no Suap informações sobre o meio de transporte utilizado e a quilometragem percorrida em cada diligência.

A Vara do Trabalho de Igarassu, em breve, vai passar por uma reforma e receber mobiliário mais adequado ao manejo do



A juíza substituta da VT de Igarassu, Kátia Keitiane, participou da reunião (abaixo) sobre o funcionamento do novo sistema

processo eletrônico. Em janeiro, os equipamentos de informática da unidade serão trocados por outros mais modernos. A VT foi escolhida para sediar a implantação do Suap no TRT6 por não ter setor de distribuição de feitos e por ser relativamente próxima do prédio-sede do Tribunal.

